

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar - 846, de 04-6-1998

Balanço Patrimonial - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia

SPDM - Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia

CNPJ nº 61.699.567/0010-83

Nota de Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26.06.1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretoria primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da

associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Administrativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na

área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28 de fevereiro de 2017. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da SPDM**

Comparativo das Demonstrações dos Resultados

	Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
	2016	2015
Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrições	43.558.269,01	42.750.977,33
Secretaria da Saúde de Estado (nota 4.1)	37.884.739,32	37.014.311,15
Trabalhos Voluntários (nota 9.4)	7.660,22	9.028,13
Isonção Usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 9.1)	4.502.882,76	4.616.408,71
Isonção Usufruída - INSS Serviços Terceiros (nota 9.2)	26.444,53	800,00
Isonção Usufruída - COFINS (nota 9.3)	1.136.542,18	1.110.429,34
(+) Outras Receitas com Restrições	446.939,80	226.924,99
Financeiras	446.279,46	225.626,85
Doações Recebidas (nota 4.3)	660,34	1.298,14
(=) Receita Líquida com Restrições Custos e Despesas	44.005.208,81	42.977.902,32
(-) Custos Operacionais com Restrições (nota 4.2)	27.078.387,28	24.566.212,75
(-) Serviços - Pessoal Próprio	12.549.094,99	12.348.423,26
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	132.222,71	-
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	10.298.389,77	10.555.044,61
(-) Manutenção e Conservação	-	290.301,54
(-) Mercadorias	1.539.623,52	1.372.440,75
(-) Financeiras	-	2,59
(-) Isonção Usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 9.1)	2.559.056,29	-
(-) Outros Custos com Restrições	39.163,01	-
(-) Outros Custos	39.163,01	-
(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições	16.887.658,52	18.411.689,57
(-) Despesas Operacionais com Restrições (nota 4.2)	16.814.385,12	18.411.689,57
(-) Serviços - Pessoal Próprio	7.609.536,36	8.145.483,51
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	-	4.000,00
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	5.557.908,47	2.563.017,88
(-) Manutenção e Conservação	-	1.525.179,69
(-) Mercadorias	239.088,66	390.814,74
(-) Financeiras	270.661,29	21.938,30
(-) Tributos	22.716,94	24.589,27
(-) Isonção Usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 9.1)	1.943.826,47	4.616.408,71
(-) Isonção Usufruída - INSS Serviços Terceiros (nota 9.2)	26.444,53	800,00
(-) Isonção Usufruída - COFINS (nota 9.3)	1.136.542,18	1.110.429,34
(-) Trabalhos Voluntários (nota 9.4)	7.660,22	9.028,13
(-) Outras Despesas com Restrições	73.273,40	-
(-) Outras Despesas	73.273,40	-
(=) Superávit/Déficit com Restrições (nota 3.2)	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

retamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

Descrição	R\$	
	31.12.2016	31.12.2015
Saldos em Bancos	16.131,09	468,57
Aplicação Financeira de Curto Prazo	3.956.765,82	57.676,23
Saldos em Conta Poupança	319.880,92	5.339,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.292.777,83	63.484,77

Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2016 o montante de R\$ 16.131,09, conforme demonstrado no quadro acima. **3.2. Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição	Tipo de Aplicação	Taxa %	R\$	
			31.12.2016	31.12.2015
Banco Bradesco	CDB/Letras	Taxa	2.621,64	-
Banco Bradesco	CDB/Letras	PCT: 94,5%	33.201,53	2.457,97
Banco do Brasil	CDB/RDB	Taxa: 90%	3.920.942,65	-
Total			3.956.765,82	57.676,23

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem que, a qualquer momento, sem perda dos juros transcorridos, os valores possam ser resgatados integralmente conforme informado nos extratos. **3.3. Contas a Receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme Resolução nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros - a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1. Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta representam valores a receber de curto prazo relativos ao contrato de gestão nº 001.0500.000.052/2014 proveniente da Secretaria de Estado da Saúde. Em 2016 totalizaram R\$ 41.716.860,00 (Quarenta e um milhões, setecentos e dezesseis mil, oitocentos e sessenta reais), cujo valor é composto de:

Valores a Receber em 31.12.2016 (Em Reais)

Contrato de Gestão nº 001.0500.000.052/2014	Saldo em A Vencer	31.12.2016	31.12.2015
Custeio/Termo de Retirificação 01/2017	41.716.860,00	41.716.860,00	-
3.3.2. Estimativa de Rescisão Contratual: A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, reafirmado no item 26 da Resolução nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, que trata de contas de compensação. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SES. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2016, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:			
Estimativa de Rescisão Contratual	Saldo em 31.12.2016		
Aviso Prévio Indenizado	R\$ 1.800.372,88		
Multa 50% FGTS	R\$ 2.713.885,10		
Total	R\$ 4.514.257,98		

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Valores em Reais

	2016	2015
ATIVO	68.953.201,44	73.479.072,27
Ativo Circulante	68.953.201,44	73.479.072,27
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)	4.292.777,83	63.484,77
Bancos Conta Movimento	16.131,09	468,57
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	3.956.765,82	57.676,23
Poupança	319.880,92	5.339,97
Contas a Receber (nota 3.3)	48.294.412,23	46.247.407,94
Secretaria da Saúde do Estado (nota 3.3.1)	41.716.860,00	40.112.364,00
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.3.2)	4.514.257,98	4.071.749,69
Valores em Negociação - Contrato/Convênio (nota 3.3.3)	2.063.294,25	2.063.294,25
Outros Créditos (nota 3.4)	241.106,18	1.348.307,80
Adiantamentos a Fornecedores (nota 3.4.1)	96.899,74	77.414,52
Antecipações Salariais (nota 3.4.2)	6.887,54	12.587,89
Antecipação de Férias (nota 3.4.3)	136.318,90	132.239,42
Outros Créditos e Adiantamentos (nota 3.4.4)	200,00	1.124.165,97
Depósito Judicial (nota 3.4.5)	800,00	1.900,00
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 3.5)	9.531,25	11.316,04
Prêmios de Seguros a Vencer (nota 11)	9.531,25	11.316,04
Estoques (nota 3.6)	340.420,48	333.901,61
Estoque de Materiais e Medicamentos	339.775,33	325.433,50
Materiais em Poder de Terceiros	645,15	8.468,11
Medicamentos de Terceiros (nota 3.6.1)	15.774.953,47	25.474.654,11
Estoque de Medicamentos de Terceiros	15.774.953,47	25.474.654,11
Ativo não Circulante	73.981.735,79	110.728.544,60
Valores a Receber (nota 3.7)	72.931.576,80	109.397.365,20
Contratos Públicos a Receber	72.931.576,80	109.397.365,20
Ativo Imobilizado (nota 3.8)	1.050.158,99	1.331.179,40
Bens de Terceiros	1.050.158,99	1.331.179,40
Bens Móveis	4.506.807,27	4.447.012,78
Ajuste de Vida Útil - Bens Móveis de Terceiros (nota 3.8.1)	(3.456.648,28)	(3.115.833,38)
Total do Ativo	142.934.937,23	184.207.616,87

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
	2016	2015
Variações nos Ativos e Passivos		
Redução em Contas a Receber	35.527.770,52	(150.966.398,45)
Aumento em Estoques	(9.706.156,51)	209.344,84
Redução em Fornecedores	316.097,09	202.343,80
Aumento em Contas a Pagar e Provisões	(31.608.118,68)	148.787.663,19
Aumento de Bens de Terceiros	(281.020,41)	2.285.006,24
Disponibilidades Líquidas Aplicadas nas Atividades Operacionais	(5.751.427,99)	517.959,62
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
(+) Adição de Bens de Terceiros	9.980.721,05	(2.285.006,24)
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades de Investimentos	9.980.721,05	(2.285.006,24)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.229.293,06	(1.767.046,62)
No Início do Período	63.484,77	1.830.531,39
No Final do Período	4.292.777,83	63.484,77

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Valores em Reais

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras - Características da Unidade Gerenciada: O Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia presta atendimento assistencial especializado visando ao diagnóstico precoce de patologias, por meio de consultas ambulatoriais e realização de exames de apoio diagnóstico a pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS/SP, possui 11.304 m² de área construída, com pavimentação térrea para melhor acessibilidade dos usuários, dividido em onze setores, composto por consultórios de atendimento médicos e não médicos, Unidade de Cirurgia Ambulatorial contemplada com três salas cirúrgicas. A SPDM assumiu a Gestão do AME Maria Zélia em novembro de 2005, tendo como visão a busca da excelência do serviço público de saúde, atuando com compromisso nas ações de responsabilidade social, transparência e eficiência na gestão ambulatorial. Em 2015, a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina firmou contrato de gestão nº 001.0500.000.052/2014 com a Secretaria de Estado da Saúde com vigência de cinco anos, e repassou a importância de R\$ 40.247.346,95 para custeio das atividades no Exercício de 2016. **1. Imunidade Tributária:** A SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no Artigo 150, Inciso VI, Alínea "C" e seu Parágrafo 4º e Artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras de 2016, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram Artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina elaborou suas Demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das Demonstrações Contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em Notas Explicativas de Entidade sem Finalidade de Lucros. **2.1. Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução nº 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evi-

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado

	Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
	2016	2015
1 - Receitas	43.558.929,35	42.752.275,47
1.1) Prestação de Serviços	37.892.399,54	37.014.311,15
1.2) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercício Anterior	660,34	1.298,14
1.3) Isonção Usufruída sobre Contribuições	5.665.869,47	5.736.666,18
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	17.321.355,01	15.979.713,43
2.1) Matérias-primas Consumidas	-	5.022,47
2.2) Custo das Mercadorias Utilizadas nas Prestações de Serviços	1.539.623,52	1.758.233,02
2.3) Serviço de Terceiros e Outros	15.651.552,94	14.216.457,94
2.4) Perda/Recuperação de Valores Ativos	112.436,41	-
2.5) Outros	17.742,14	-
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	26.237.574,34	26.772.562,04
4 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	26.237.574,34	26.772.562,04
5 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	446.279,46	225.626,85
5.1) Receitas Financeiras	446.279,46	225.626,85
6 - Valor Adicionado Total (4+5)	26.683.853,80	26.998.188,89
7 - Distribuição do Valor Adicionado	26.683.853,80	26.998.188,89
7.1) Pessoal e Encargos	20.166.291,57	20.493.906,77
7.2) Impostos, Taxas e Contribuições	22.716,94	24.589,27
7.3) Outras Despesas	252.919,15	21.940,89
7.4) Aluguéis	576.056,67	721.085,78
7.5) Isonção Usufruída sobre Contribuições	5.665.869,47	5.736.666,18

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

denciem fatos e a prática de atos administrativos. As Demonstrações Contábeis, incluindo as Notas Explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2. Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada:** SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia - Rua Jequitinhonha, 368 - Catumbi - São Paulo - SP CEP 03021-040 - CNPJ nº 61.699.567/0010-83. **3. Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a Resolução nº 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei nº 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classifica-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades di-

...continuação

3.3.3. Valores em Negociação: Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado operacional da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros - Itens 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. **3.4. Outros Créditos:** Representam valores e outras contas a receber, normalmente não relacionados com o objeto principal da instituição. **3.4.1. Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamento realizados ao fornecedor de benefícios de vale transporte, antecipados no mês corrente, para utilização dos colaboradores no mês subsequente. O saldo em 2016 foi de R\$ 96.899,74. **3.4.2. Antecipações Salariais:** Os valores registrados em antecipações salariais representam antecipações realizadas a títulos rescisórios ou por força da legislação trabalhista (CLT). **3.4.3. Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação trabalhista (CLT). **3.4.4. Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a títulos de adiantamentos efetuados de modo a garantir a manutenção da rede assistencial da unidade gerenciada. **3.4.5. Depósito Judicial:** Os valores mantidos em depósito judicial estão amparados por processos trabalhistas e totalizam em 31.12.2016, R\$ 800,00. **3.5. Despesas Pagas Antecipadamente:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos em função

Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31.12.2015	Aquisição	Baixa	Posição em 31.12.2016
Imobilizado - Bens de Terceiros	4.447.012,78	128.523,04	68.728,55	4.506.807,27
Bens Móveis	4.447.012,78	128.523,04	68.728,55	4.506.807,27
Apar Equip Utens Médicos Odontológicos e Laboratoriais	1.986.809,68	64.859,01	32.365,43	2.019.303,26
Equipamentos Proteção/Segurança/Socorro	53.547,89	-	-	53.547,89
Equipamentos Processamento de Dados	714.463,67	10.464,90	22.783,76	702.144,81
Mobiliário em Geral	1.018.142,86	14.425,50	11.242,35	1.021.326,01
Máquinas Utensílios Diversos	440.801,28	19.353,63	2.337,01	457.817,90
Aparelho de Medição	31.805,86	-	-	31.805,86
Aparelhos de Equipamentos de Comunicação	8.229,00	-	-	8.229,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	78.185,25	-	-	78.185,25
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	4.487,50	-	-	4.487,50
Equipamentos para Áudio Víde e Foto	32.844,80	19.420,00	-	52.264,80
Outros Materiais Permanentes	55.694,99	-	-	55.694,99
Softwares	22.000,00	-	-	22.000,00
Total Imobilizado - Terceiros	4.447.012,78	128.523,04	68.728,55	4.506.807,27

Descrição	Posição em 31.12.2015	Baixa	Ajuste Vida Útil	Posição em 31.12.2016	Ajuste	%
Ajuste de Vida Útil Acumulada de Bens de Terceiros	(3.115.833,38)	48.876,99	391.691,89	(3.456.648,28)		
Bens Móveis	(3.115.833,38)	48.876,99	391.691,89	(3.456.648,28)		
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais	(1.506.497,18)	17.101,61	184.411,75	(1.673.807,32)		10
Equipamentos Proteção/Segurança/Socorro	(37.471,55)	-	5.354,76	(42.826,31)		10
Equipamentos Processamento de Dados	(612.001,88)	22.178,86	31.892,44	(621.715,46)		20
Mobiliário em Geral	(571.863,46)	8.421,34	104.448,53	(665.890,65)		10
Máquinas Utensílios Diversos	(284.787,73)	1.175,18	43.805,69	(327.414,24)		10
Aparelho de Medição	(28.103,03)	-	1.907,03	(30.010,06)		10
Aparelhos de Equipamentos Comunicação	(7.608,06)	-	366,81	(7.974,87)		10
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(35.344,52)	-	6.617,39	(41.961,91)		10
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	(4.365,00)	-	122,50	(4.487,50)		10
Equipamentos para Áudio, Víde e Foto	(16.236,70)	-	2.794,67	(19.031,37)		10
Outros Materiais Permanentes	(8.991,09)	-	5.569,44	(14.560,53)		10
Softwares	(2.567,18)	-	4.400,88	(6.968,06)		20
Total Ajuste de Vida Útil Acumulada de Bens de Terceiros	(3.115.833,38)	48.876,99	391.691,89	(3.456.648,28)		

Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo do ajuste de vida útil, exaustão e amortização". O valor das aquisições de bens com os recursos do Contrato de Gestão no ano de 2016 totalizaram R\$ 112.436,41, e os bens transferidos para outras contas contábeis para melhor classificação totalizaram R\$ 16.086,63. Foi solicitada à Secretaria da Saúde os Termos de Permissão de Uso dos Bens Móveis, Equipamentos médico-hospitalares, software e equipamentos de informática, com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde.

3.8.1. Ajuste de Vida Útil: A instituição efetua o ajuste de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.9. Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.10. Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros, pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: anestesia, remoção de pacientes, limpeza, lavanderia e portaria. **3.11. Salários a Pagar:** De acordo com o artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12. Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS.

Contribuições a Recolher	31.12.2016
INSS	92.969,39
FGTS	148.450,43
PIS	18.807,98
Contribuição Sindical	867,74
Total	261.095,54

3.13. Provisão de Férias e Encargos: O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável.

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Provisão de Férias	1.630.903,05	1.529.227,38
Provisão de FGTS sobre Férias	130.043,57	122.338,19
Provisão de PIS sobre Férias	16.308,84	-

3.14. Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e serviços médicos prestados e ISS sobre serviços médicos prestados. **Impostos a Recolher**

IR a Recolher	181.313,48
ISS a Recolher	133,77
Total	181.447,25

3.15. Obrigações Tributárias: A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo contabilizado em 2016 totalizou R\$ 154.505,52 e, em 2015, R\$ 113.541,83.

do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6. Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do Balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no Exercício de 2016 é de R\$ 16.115.373,95.

Tipo	31.12.2016	31.12.2015
Materiais Utilizados no Setor de Nutrição	56.289,14	26.801,96
Materiais Utilizados no Setor de Farmácia	50.012,73	61.000,61
Materiais de Almoarifado	233.473,46	237.630,93
Materiais em Poder de Terceiros	645,15	8.468,11
Medicamento de Terceiros (nota 3.6.1)	15.774.953,47	25.474.654,11
Total	16.115.373,95	25.808.555,72

3.6.1. Medicamentos de Terceiros: O Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia possui medicamentos recebidos de Secretaria de Estado da Saúde no valor de R\$ 15.774.953,47 para dispensação aos pacientes na Farmácia de Alto Custo da unidade, que são reconhecidos em contas de ativo e passivo circulantes. **3.7. Valores a Receber (Ativo Não Circulante):** Os valores registrados nesta conta em 2016 representam valores a receber de longo prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001.0500.000.052/2014, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizaram R\$ 72.931.576,80 (Setenta e dois milhões novecentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e seis reais e oitenta centavos). **3.8. Imobilizado - Bens de Terceiros:** O imobilizado da SPDM - Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão para os quais a Instituição aguarda o Termo de Permissão de Uso fornecido pela SES.

Posição em 31.12.2015	Aquisição	Baixa	Posição em 31.12.2016
4.447.012,78	128.523,04	68.728,55	4.506.807,27
4.447.012,78	128.523,04	68.728,55	4.506.807,27
1.986.809,68	64.859,01	32.365,43	2.019.303,26
53.547,89	-	-	53.547,89
714.463,67	10.464,90	22.783,76	702.144,81
1.018.142,86	14.425,50	11.242,35	1.021.326,01
440.801,28	19.353,63	2.337,01	457.817,90
31.805,86	-	-	31.805,86
8.229,00	-	-	8.229,00
78.185,25	-	-	78.185,25
4.487,50	-	-	4.487,50
32.844,80	19.420,00	-	52.264,80
55.694,99	-	-	55.694,99
22.000,00	-	-	22.000,00
4.447.012,78	128.523,04	68.728,55	4.506.807,27

Obrigações Tributárias	31.12.2016
INSS	35.884,21
ISS	17.461,75
IRRF	16.679,76
CSLL/COFINS/PIS-PASEP	84.479,80
Total	154.505,52

3.16. Empréstimos Funcionários: A Lei nº 10.820 de 17.12.2003 beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na Folha de Pagamentos. A Instituição consigna crédito a funcionários junto ao Banco Bradesco S.A. e desconta dos mesmos os valores das parcelas assumidas em Folha. O montante contabilizado em 31.12.2016 representa R\$ 55.115,73. **3.17. Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da Instituição. **3.18. Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Resolução 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais - Item 15A, e Resolução nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros - Itens 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o Poder Público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2016 representa R\$ 43.530.944,88 (Quarenta e três milhões quinhentos e trinta mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), a realizar a longo prazo representa R\$ 72.931.576,80 (Setenta e dois milhões novecentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e seis reais e oitenta centavos).

3.19. Medicamentos de Terceiros em nosso Poder: Representam valores relativos a medicamentos pertencentes ao programa Farmácia de Alto Custo, recebidos por intermédio da SES (Secretaria de Estado da Saúde), para distribuição no Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia. Em 31.12.2016 esses valores totalizaram R\$ 15.774.953,47. **3.20. Estimativas Contábeis:** A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do Balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.20.1. Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Entidade (remota). Para eventos em que classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da

característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as Unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórios, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Não existiam processos em que a possibilidade de perda em 31.12.2016 era tida como provável, portanto, não foi constituída a provisão nas contas de Passivo. O montante por o mesmo tipo de ação cível, no qual a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 182.585.942,00 (Cento e oitenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e quarenta e dois reais). Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2016, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. No encerramento do Balanço os processos cuja probabilidade de perda era tida como "provável" o valor apurado foi de R\$ 19.532,98 (Dezenove mil quinhentos e trinta e dois reais e noventa e oito centavos). Para ações em que a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 755.329,28 (Setecentos e cinquenta e cinco mil trezentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos). Não existiam ao final do exercício Execuções Tributárias cuja probabilidade era tida como "possível", provável ou remota. Este tipo de execução ocorre, em sua grande parte, face o caráter filantrópico da Instituição que lhe garante a Imunidade Tributária nos termos do Artigo 150, Inciso VI, alínea "C" da Constituição Federal. Relacionamos abaixo a síntese dos processos com posicionamento em 31.12.2016.

SPDM - Ame Maria Zélia		
Passivo - Contingências		
Valores em Reais (R\$)		
	Trabalhista	Cível
Provável	Possível	Possível
19.532,98	755.329,28	182.585.942,00

3.20.2. Contingências Ativas: Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência), as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à Instituição. Em 2016, a Unidade Gerenciada Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia não possui contingências ativas com probabilidade "provável". **3.21. Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.22. Apuração do Resultado:** Conforme Resolução nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4. Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo Regime de Competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1. Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2. Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3. Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2016 a unidade gerenciada recebeu em doações de materiais o montante de R\$ 660,34. **4.4. Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade, para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais, atende à Resolução CFC nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na Demonstração do Resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No Exercício de 2016, a unidade gerenciada recebeu Assistências Governamentais conforme quadro que segue:

CNPJ nº 61.699.567.001/83		R\$
Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia		
Contrato de Gestão (Secretaria do Estado da Saúde)		
nº 001.0500.000.052/2014		
TA nº 02/2016 (Valor Descontado abril de 2016)	40.247.346,95	(227.911,18)
TA nº 03/2016 (Valores Repassados de novembro a Dezembro de 2016)		523.596,41
TA nº 04/2016 (Valores Repassados de outubro a Dezembro de 2016)		90.000,00
TA nº 05/2016 (Valor Descontado dezembro de 2016)		(250.702,28)

5. Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1.305/10 e 1.409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabeleceu as Resoluções nº CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2015 e 2016, respectivamente. **6. Resultado do Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução nº 1.305/13 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, Itens 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2016, a instituição reconhecceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 40.694.286,75 (Quarenta milhões seiscentos e noventa e quatro mil, duzentos e oitenta e seis reais e cinco centavos), esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 38.331.679,12 (Trinta e oito milhões, trezentos e trinta e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e doze centavos). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado, a instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 2.362.607,63 (Dois milhões trezentos e sessenta e dois mil seiscentos e sete reais e sessenta e três centavos). Esse resultado é o reflexo dos esforços realizados para a redução de custos e despesas no período. O resultado superavitário ficará consignado em conta específica do passivo, denominada "convênios/contratos públicos a realizar", até o final da execução do contrato, demonstrando o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato. **7. Das Disposições da Lei nº 12.101**

...continuação

e Portaria 834/16 MS: Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o Inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela Entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com a mesma portaria, a Entidade que tenha sob sua gestão outras Entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. O Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia apresentou a seguinte produção:

Produção 2016 - Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia	
Linha de Atendimento	SUS
Atendimento Ambulatorial - Total	437.500
Consultas Médicas	127.694
Atendimentos não Médicos	24.775
Procedimentos Terapêuticos (Sessões)	16.277
Serviço Social	9.498
Serviço de Atendimento ao Usuário	11.199
Atendimento Odontológico	177
Procedimentos Odontológicos	6.107
Cirurgias Ambulatoriais	6.716
SADT Externo	14.320
SADT Interno	220.737
Farmácia	
Medicamentos Distribuídos - Total	35.498.407
Pacientes Atendidos em Farmácia de Alto Custo - Total	984.971
Atendimentos no Triagem	158.059
Atendimentos no Guichê (Programa Alto Custo)	327.147
Atendimentos no Programa Dose Certa	30.985
Atendimentos Programa MEDCASA	341.117
Atendimentos de Clínicas de Terapia Renal Substitutiva	71.310
Polo de Triagem Administrativa	56.353

8. Relatório de Execução do Contrato de Gestão:

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2016						
Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia						
Linha de Contratação	1º Semestre	Reali- zado	2º Semestre	Reali- zado	Contra- tado	Total Reali- zado
Consultas Médicas	70.404	63.813	70.404	63.881	127.694	(9,31%)
Consultas/ Procedimentos Terapêuticos não Médicos	16.686	19.392	16.686	21.660	41.052	23,01%

Professor Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM

Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: Data, Horário e Local: Aos 18º dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas: Convidados: Superintendentes:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11 de novembro de 2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM. Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 Consolidado da SPDM-Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis** A administração é res-

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Contra- tado	Total Reali- zado
	Contra- tado	Reali- zado	Contra- tado	Reali- zado		
Atendimento Odontológico	310	177	-	-	177	(42,90%)
Cirurgias Ambulatoriais	3.324	3.523	3.414	3.193	6.716	(0,33%)
SADT Externo	6.018	6.526	6.018	7.794	14.320	18,98%

O serviço de Odontologia do AME Maria Zélia encerrou-se em julho de 2016. **9. Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei nº 12.101 de 27.11.2009, alterada pela Lei nº 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834/16 do Ministério da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.153024/2014-03MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$ 5.665.869,47 (Cinco milhões seiscentos e sessenta e cinco mil oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta e sete centavos). Em 02 de setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a Folha de Pagamento de Empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei nº 12.101/2009, a unidade gerenciada usufruiu no Exercício de 2016, da Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica no montante de R\$ 4.502.882,76. Em 2015, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 4.616.408,71. **9.2. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a Folha de Pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2016 atingiu um montante de R\$ 26.444,53. Em 2015 o referido valor de receita totalizou R\$ 800,00. **9.3. Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da

Dr. Luiz Fernando Haigag Djabraian - Diretor Técnico

Luiza de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMCJF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C. P. Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odélio Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (HospitalPedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede Assistencial e Supervisão Técnica de Saúde Vila Maria/ Vila Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial e Supervisão Técnica de Saúde Butanta (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede-Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R. LUCY), o CRATOD-Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistencial Farmacêutico CEAF Vila Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO-Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga, CTO-Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição Filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no Exercício de 2016 foi de R\$ 1.136.542,18. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2015, esse montante foi de R\$ 1.110.429,34. **9.4. Trabalho Voluntário:** Em 02.09.2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2016, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 7.660,22 (Sete mil seiscentos e sessenta reais e vinte e dois centavos). Em 2015 o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 9.028,13 (Nove mil e oito reais e treze centavos). **10. Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compo os Ativos e Passivos Não-Circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de Ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos Ativos e Passivos Não-Circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução nº 1.151/09, que aprova NBC TG 12. Descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido e que, em caso de dúvida, deve ser regido pela Resolução nº 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11. Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. **12. Exercício Social:** Conforme estabelece o Artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o Exercício Social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2016.

Angélica da Silva Capucci - Contadora - CRC 1SP284.354/O-4

ciência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTÓ), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVM), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial-STS Ipiranga/Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial-STS Perus/Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII A.P. 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P 3.2), o PAIS A.P. 1.0 (A.P 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENT), Coordenadoria de Emergência Regional do Leblon - A.P. 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18 de abril de 2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro, Dr. Agenor Pares.

a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30 de março de 2017. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 024298/O-3.** Ricardo Roberto Monello - Contador CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI-SP-1619 - Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador CRC/SP 187.003/O-0 CNAI-SP-1620

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h



imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO